

Transformações sociais e trajetórias indígenas em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas, Brasil)¹

Social transformations and Indigenous trajectories in São Gabriel da Cachoeira (Amazonas, Brazil)

Autor: Rafael Moreira Serra da Silva, professor substituto do curso de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília, Faculdade Planaltina (FUP/UnB); membro do Laboratório de Arte, Ritual e Memória – LARMe (PPGAS/MN/UFRJ) e do Coletivo Boas Práticas (FIOCRUZ/UFRN).

Resumo

O artigo analisa trajetórias indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), situado na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, a partir de uma abordagem comparativa entre a experiência de uma liderança Hupd'äh e outra do povo Tukano. O estudo busca compreender processos contemporâneos de mobilidade indígena, as transformações sociais associadas à circulação entre cidade e floresta e as formas de acesso a políticas públicas e benefícios sociais em contextos amazônicos marcados por profundas assimetrias.

Discute-se como essas trajetórias expressam dinâmicas sociais, políticas e cosmológicas compartilhadas no sistema regional do rio Negro, sem perder de vista as especificidades socioculturais de cada povo. Em especial, analisam-se as experiências locais com o movimento indígena e com instituições públicas, considerando relações interétnicas e posições de parentesco, com vistas à identificação de padrões mais amplos de organização social e mobilidade regional.

A metodologia do artigo articula pesquisa etnográfica realizada em São Gabriel da Cachoeira e no Alto Rio Negro — território de referência dos povos Hupd'äh e Tukano — à análise de fontes históricas e etnográficas, registros administrativos e projetos governamentais. Argumenta-se que a circulação entre comunidades indígenas e a cidade não se explica apenas por expectativas de acesso a direitos, mas se estrutura também a partir de relações hierárquicas específicas, como a ordem de nascimento dos povos da região, definida por narrativas de criação do mundo, e as relações entre filhos primogênitos e caçulas, ambas concebidas como relações entre irmãos maiores e menores. Conclui-se que essas trajetórias evidenciam continuidades e transformações nos modos indígenas de habitar a cidade e a floresta, ressaltando a mobilidade e as relações de parentesco como princípios organizadores das relações sociais no rio Negro e como elementos centrais para a compreensão do acesso dos povos indígenas às políticas públicas na Amazônia.

¹ “Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (2026).”

Palavras-chaves: mobilidade, floresta, cidade, parentesco, transformações sociais.

Abstract

This article examines indigenous trajectories in the municipality of São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), located at the triple border region between Brazil, Colombia, and Venezuela, through a comparative approach to the experiences of a Hupd'äh Indigenous leader and other from the Tukano people. The study seeks to understand contemporary processes of Indigenous mobility, the social transformations associated with circulation between city and forest, and the forms of access to public policies and social benefits in Amazonian contexts marked by profound asymmetries.

It discusses how these trajectories express social, political, and cosmological dynamics shared within the regional system of the Rio Negro, while also attending to the sociocultural specificities of each people. Particular attention is given to local experiences with the Indigenous movement and with public institutions, considering interethnic relations and positions of kinship, with the aim of identifying broader patterns of social organization and regional mobility.

The methodology combines ethnographic research conducted in São Gabriel da Cachoeira and in the Upper Rio Negro—territories of reference for the Hupd'äh and Tukano peoples—with the analysis of historical and ethnographic sources, administrative records, and governmental projects. It is argued that circulation between Indigenous communities and the city cannot be explained solely by expectations of access to rights, but is structured through specific relations, such as the regional order of birth defined by world-creation narratives and the relations between firstborn and youngest children, both conceived as relations between elder and younger siblings. The article concludes that these trajectories reveal continuities and transformations in Indigenous ways of inhabiting both city and forest, highlighting mobility and kinship relations as organizing principles of social relations in the Rio Negro and as central elements for understanding Indigenous peoples' access to public policies in the Amazon.

Keywords: mobility, forest, city, kinship; social transformations.

Notícias de Brasília

Sob a gestão da demógrafa Marta Azevedo, entre 2012 e 2013, foram organizados mutirões de documentação no rio Negro pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em parceria com a prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e outras instituições. O objetivo era facilitar o acesso dos povos indígenas, incluindo os Hupd'äh e Yuhupdëh, dois povos pertencentes à família linguística Naduhup ou Naduhupy², classificados pela

² A família linguística Naduhup ou Naduhupy é composta pelos povos Däw, Nadëb, Hupd'äh e Yuhupdëh. Esses heterônimos resultam da junção dos nomes que significam “gente” nas línguas desses povos, propostos por antropólogos e linguistas em parceria com os próprios indígenas, substituindo o termo pejorativo Maku.

Funai como de recente contato (PIRC)³, a documentos básicos e benefícios sociais, como o programa Bolsa Família (Marques, 2015; Barbará, 2021).

Essas ações ocorreram principalmente em Pari Cachoeira, no médio Tiquié, e Iauaretê, no médio Uaupés, localidades acessíveis por via fluvial e com infraestrutura urbana consolidada, como escolas, postos de saúde e comércios. A ampliação do acesso à documentação e benefícios sociais coincidiu com a abertura de uma agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na cidade, resultando no aumento do número de indígenas solicitando aposentadoria, salário-maternidade e outras políticas de transferência de renda.

Antes desse período, as viagens dos Hupd'äh e Yuhupdëh à cidade eram restritas a poucos professores, agentes de saúde e aposentados. Com a intensificação do acesso aos programas sociais, como o Bolsa Família, cresceu o fluxo de deslocamentos entre as comunidades e São Gabriel da Cachoeira, levando muitos indígenas a permanecerem por meses no Beiradão, como é conhecido localmente os acampamentos sazonais instalados perto de uma área portuária onde permanecem em condições precárias (Barbará, 2020; FOIRN, 2021; Lima *et al.*, 2016)⁴.

Nessas estadias, enfrentam constantes ameaças como situações de alcoolismo, desnutrição, malária, casos de suicídio e endividamento com comerciantes, frequentemente resultando em roubos de cartões e exploração financeira, além de expulsão das áreas de acampamento por parte dos moradores locais, pertencentes sobretudo a povos de origem Arawak e Tukano. Estes indígenas, por vezes, utilizam expressões que atribuem inumanidade ou subordinação aos Hupd'äh e demais povos que eles chamam de maku, mas também de *peoná* ou *pohsá*. O primeiro termo foi traduzido em português como “escravo”, “selvagem” ou “servo”; já os últimos foram glosados por meio da imagem de “gente estragada” (Pozzobon, 1983, p. 47; 2011, XLI; Athias, 2006, p. 12; Meira, 2018, p. 62, dentre outros).

Em 2015, em busca de apoio governamental, Américo Socot, liderança Hupd'äh, e Américo Araújo Fernandes, liderança Yuhupdëh, viajaram a Brasília acompanhados de Domingos Barreto, indígena Tukano e então chefe da Coordenação Regional da Funai no Rio Negro, e de André Fernando, indígena Baniwa e seu substituto⁵. Na capital,

³ Para uma análise mais detalhada dessa categoria, ver Jabur, 2021.

⁴ Essa situação é descrita também no documentário “Beiradão *Hup Boyoh*” dirigido pelas cineastas Jéssica Mota e Alice Riff no ano de 2015.

⁵ André Fernandes, também conhecido como André Baniwa, chegou a ocupar brevemente o cargo de vice-prefeito de São Gabriel da Cachoeira na gestão de Pedro Garcia, um indígena Tariana (Iubel, 2015).

participaram de uma reunião na Coordenação-Geral de Povos Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), com a presença de técnicos da Funai, representantes do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pesquisadores parceiros dos Hupd'äh e Yuhupdëh⁶.

A reunião em Brasília representou um marco, pois foi a primeira vez que lideranças desses povos estabeleceram interlocução direta com o governo federal. Nessa ocasião, Américo Socot e Américo Araújo optaram por se expressar em tukano, em vez de seus próprios idiomas ou do português, que conheciam. Esses povos costumam evitar o uso de suas línguas por sentirem-se discriminados ou inseguros em determinados contextos, onde costumam receber insultos dos povos dos Arawak e Tukano.

Essa escolha pode estar relacionada às variações linguísticas existentes entre eles (Epps, 2008), mas, sobretudo, à interação com falantes de línguas da família Tukano, que tendem a desconhecer ou menosprezar os idiomas dos Hupd'äh e Yuhupdëh (Köch-Grünberg [1909] 2005; Pozzobon, 1983; 1991; 2011; Ramos, 2013), apesar do longo histórico de contato entre esses grupos⁷. Já os falantes de hup e yuhup, especialmente os mais velhos, como Américo Socot e Américo Araújo, ambos então na faixa dos 40 anos de idade, conhecem e recorrem ao tukano em determinadas situações, como na reunião em Brasília.

Durante meu trabalho de campo, em São Gabriel da Cachoeira, observei que tanto Domingos Barreto quanto André Fernandes tratavam Américo Araújo e Américo Socot de forma bastante amigável. Na cidade, o indígena hup realizava inclusive serviços como colaborador da Funai, já que morando no Cabari, sítio perto da área urbana de São Gabriel da Cachoeira. Recebia por esse trabalho remunerações eventuais, mas sem nenhum vínculo trabalhista efetivo com a instituição.

Citei a reunião da Funai e fiz um breve relato sobre a relação entre os indígenas que estiveram em Brasília, com base no que observei em São Gabriel da Cachoeira, durante meu trabalho de campo, por uma razão específica⁸. Essas memórias permitem identificar aspectos consolidados do sistema regional, como o multilinguismo dos povos indígenas (Epps, 2008; Epps e Stenzel, 2013, entre outros), ao mesmo tempo em que

Anteriormente, ambas lideranças foram diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

⁶ Atual Ministério do Desenvolvimento, Assistência, Família e Combate à Fome (MDS), responsável pela gestão do programa Bolsa Família e outras políticas.

⁷ A família linguística Tukano abrange uma série de povos no Brasil e Colômbia, como os Desana, Piratapua, Kotiria, Tukano, entre outros.

⁸ Realizei trabalho de campo entre os anos de 2015 e 2016.

trazem à tona questões contemporâneas e menos debatidas.

Em grande medida, os Hupd'äh e os demais povos Naduhupy foram descritos na literatura regional “sob o signo da falta” (Ramos, 2013, p. 446), isto é, como caçadores rústicos, habitantes de áreas de igarapés na floresta, sem agricultura, canoas, chefes, adornos, pinturas corporais, malocas ou rituais⁹. Foram apresentados ainda como povos igualitários e “sem cultura”, em contraste com os Arawak e os Tukano, descritos como agricultores, moradores de comunidades às margens dos rios, detentores de todos os atributos ausentes entre os Naduhupy — e que, por isso, seriam vistos como dominantes na região, impondo seus traços sobre esses povos (Marques, 2009).

Como sublinham diversos autores, essa distinção entre os povos baseia-se em dicotomias mais profundas, como a oposição entre natureza e cultura ou entre sociedades simples e complexas. Essas ideias foram amplamente construídas a partir dos relatos de exploradores e missionários, influenciados pelo ponto de vista Tukano sobre os chamados Maku (Lolli, 2022; Marques, 2009; Marques e Ramos, 2019; Reid, 1979; Pozzobon, 1983; 1991; 2011; Ramos e Obert, 2017).

No final da década de 1960, esse viés na literatura passou a ser confrontado a partir de pesquisas de campo extensas realizadas com esses povos na Colômbia (Silverwood-Cope, 1990) e no Brasil (Bamonte, 1973). Nesse período, com base em distinções relativas ao padrão de habitação e manejo ecológico, os povos Arawak e Tukano foram classificados como “índios do rio”, enquanto os chamados Maku passaram a ser definidos como “índios do mato” (Silverwood-Cope, 1990)¹⁰. Conforme destacaram vários autores, os “índios do mato” alternavam períodos em seus próprios povoados e acampamentos na mata, construindo casas, abrindo roças, caçando e realizando outras atividades para os “índios do rio”, em troca de mandioca, tabaco e mercadorias usadas, como roupas e facões (Athias, 2008; Pozzobon, 1983, 1991; Ramos et al, 1980; Reid, 1979).

Observa-se através do relato feito até aqui, por um lado, a reconfiguração de relações assimétricas, com a chefia da Funai ocupada por indígenas Arawak e Tukano, historicamente descritos na literatura regional como mestres, donos e patrões dos povos que denominam de Maku, frequentemente descritos em posições subordinadas. Por outro,

⁹ A tese do etnólogo Renato Athias (2008) não apresenta esse viés, pois menciona a existência de malocas e a prática de rituais entre os Hupd'äh — ponto abordado posteriormente em outros trabalhos etnográficos (Marques, 2015; Ramos, 2013). Por sua vez, os registros sobre adornos rituais, malocas e formas de chefia entre os Hupd'äh aparecem em diferentes trabalhos realizados até o ano de 1960, por pesquisadores sem formação em etnologia (Biocca, 1965; Terribilini, 1961; Terribilini e Terribilini, 2000).

¹⁰ No trabalho de Koch-Grünberg ([1909] 2005), já identificamos a expressão “índios do mato”, utilizada pelos moradores não indígenas do rio Negro para se referir aos chamados Maku.

na reunião, esses mesmos povos aparecem em cargos de liderança. Em que medida, portanto, essas situações indicam uma transformação nas dinâmicas dentro do sistema regional?

Apesar de já ter apresentado algumas questões discutidas por diferentes autores sobre esse tema, é importante analisar continuidades e descontinuidades na forma como os Hupd'äh foram descritos em estudos etnográficos e linguísticos até a década de 1970, em comparação com as abordagens da década de 2000. Do meu ponto de vista, pesquisas recentes com os Hupd'äh e demais povos Naduhupy têm buscado evidenciar a multiplicidade desses grupos (Barbará, 2021; Obert, 2017; Junio Felipe, 2018; Lolli, 2010; Marques, 2015; Pissolati, 2023; Ramos, 2010; Santos, 2015). Essas investigações dialogam, ao mesmo tempo, com a literatura regional sobre o rio Negro e com novas evidências etnográficas, como a relação desses povos com espaços urbanos.

Destaco esse ponto porque a relação dos povos Naduhupy com São Gabriel da Cachoeira não é recente; o que se transformou, nos últimos anos, foi o crescimento urbano da cidade e de outros povoados, como Iauaretê, onde há registros da presença de indígenas Hupd'äh (Andrello, 2006; Marques, 2015). Outro aspecto relevante é a dinâmica de acesso à documentação e aos benefícios sociais pelos Hupd'äh e Yuhupdëh (Barbará, 2021). Esse processo integra uma ampla transformação em curso, tanto no território brasileiro quanto em países vizinhos nas regiões fronteiriças da Amazônia, marcada pelo crescente contato dos povos indígenas com o Estado (Allard e Walker, 2016).

Essa realidade, a meu ver, impõe limites a qualquer tentativa de abordagem etnográfica sobre comunidades indígenas amazônicas que desconsidere suas experiências em contextos urbanos. Por isso, para compreendermos a posição de Américo Socot e da liderança tukano, que será apresentada adiante, é importante conectarmos esse debate às discussões contemporâneas sobre a migração indígena para a cidade. Apresentei até aqui essa perspectiva de forma concisa, acreditando que a análise da circulação atual dos povos indígenas do rio Negro entre a cidade e a floresta — como veremos ao longo do artigo — permitirá articular tanto dinâmicas regionais quanto locais.

O sistema regional em perspectiva

A região banhada pelo rio Negro, com sua complexa rede hidrográfica, impõe desafios à sistematização dos aspectos culturais e históricos dos povos que habitam a

região. No *Handbook of South American Indians*, Irving Goldman (1948) propôs a existência de uma área cultural abrangendo povos Arawak, Caribe e Tukano entre o Guaviare, Caquetá, Japurá e os Andes. Segundo ele, esses grupos compartilhariam características como o cultivo da mandioca brava, a ênfase na pesca, a organização social baseada em sibs patrilineares, a habitação em malocas e o uso da coca. Segundo o autor, seu estudo, concentrou-se nos Tukano devido à maior disponibilidade de dados sobre esse grupo, naquele período.

Na década de 1960, Eduardo Galvão (1960) formulou uma alternativa, classificando o rio Negro como uma subárea do Norte Amazônico, conectada ao Amapá, Roraima e ao Solimões. Ele destacou a homogeneidade cultural dos povos da região, evidenciando semelhanças em técnicas de caça, pesca, cultivo e rituais, além de sua longa exposição à exploração colonial desde o século XVII.

Embora Goldman e Galvão tenham abordado as conexões do rio Negro com diferentes regiões, ambos identificaram aspectos semelhantes e privilegiaram a análise dos povos Tukano e Arawak. Esses grupos foram descritos como agricultores, com traços hierárquicos, habitantes de malocas localizadas às margens dos rios, sendo considerados os principais responsáveis pelos traços culturais dominantes da região¹¹. Em contraste, os chamados Maku foram excluídos dessa centralidade, definidos como caçadores, predominantemente igualitários, que viveriam em tapiris no interior da mata e se organizariam em pequenos grupos domésticos.

A partir do final da década de 1960, a literatura etnológica e linguística passou a tratar o rio Negro como um sistema social aberto, deslocando o foco das delimitações regionais para o estudo das alianças, dos padrões de exogamia e da circulação de artefatos e conhecimentos rituais (Velden e Lolli, 2021). Observou-se que o padrão de aliança entre os Hupd'äh e os Tukano segue uma terminologia de parentesco do tipo dravidiano, ou seja, com matrimônios preferenciais estabelecidos entre primos cruzados bilaterais.

No caso dos Hupd'äh, esses casamentos ocorrem frequentemente entre membros de clãs distintos (exogamia clânica), que tendem a habitar o mesmo território (endogamia territorial). Já entre os povos Tukano, os casamentos são preferencialmente realizados

¹¹ No entanto, na tese de Irving Goldman (1968), o etnólogo descreve que os Cubeo possuíam uma organização com estrutura social e ritual hierárquica, embora o cotidiano fosse marcado por relações predominantemente igualitárias. Esse aspecto foi retomado posteriormente no trabalho de Christine Hugh-Jones (1979) e Stephen Hugh-Jones (1979) sobre os Barasana.

com falantes de línguas distintas pertencentes à mesma família linguística (exogamia linguística), idealmente excluindo os povos que denominam de Maku.

Refletindo de maneira mais ampla sobre a mudança de foco na configuração do sistema regional, desde os estudos de Koch-Grünberg ([1909] 2005) realizado no começo do século XX até Eduardo Galvão na década de 1950 e 1960, há registros de um amplo espectro de relações envolvendo os povos Naduhupy com diversos atores, como regatões e seringueiros, tanto na floresta quanto em povoados da época, como São Gabriel da Cachoeira (1959)¹². Esses trabalhos já indicavam a pluralidade entre os povos classificados sob a rubrica Maku.

Subsequentemente, entre as décadas de 1970 e 1990, outros autores também descreveram a heterogeneidade dessas populações, buscando evidenciar seus heterônimos em vez de utilizar apenas termos genéricos ou pejorativos, como Maku. Além disso, apontaram características comuns, como a economia baseada na caça e coleta, a organização linguística e a ocupação e mobilidade territorial, bem como diferenças demográficas, padrões de manejo e históricos de contato com os não-indígenas e com indígenas Arawak e Tukano (Athias, 2008; Reid, 1979; Pozzobon, 1983; 1991; 2011; Silverwood-Cope, 1990).

Por sua vez, diversas pesquisas têm demonstrado a centralidade dos rios e caminhos fluviais nas narrativas míticas, históricas e na organização espacial de povos como os Dâw (Obert, 2017; Obert e Santos, 2021), Nadëb (Pissolati, 2023), Hupd'äh (Athias, 2006; Ramos, 2010; Pozzobon, 1983; Reid, 1979) e Yuhupdëh (Junio Felipe, 2020). Outros estudos etnográficos destacam também a importância das cabeceiras dos igarapés não apenas para os Hupd'äh e demais povos Naduhupy, mas também para grupos Tukano de baixa hierarquia (Andrello, 2006; Bruzzi, 1977; Hugh-Jones, S., 1994).

Isso ocorre porque os Hupd'äh, Yuhupdëh e Tukano contam com uma narrativa semelhante sobre a formação do mundo, que ocorreu quando uma árvore grandiosa, da qual jorrava água, tombou e se partiu em pedaços, provocando uma grande inundação (Andrello; Guerreiro; Hugh-Jones, S. 2015, p. 701-702; Felipe, 2018, p. 10, 90-91; Reid, 1979, p. 359-365). Passado algum tempo, o nível da água baixou e do tronco da árvore surgiu o leito do Lago de Leite e de seus inúmeros galhos e folhas surgiram os afluentes que banham as áreas de cabeceiras dos rios amazônicos, por onde cruzou uma Cobra Canoa.

¹² Esses autores, em particular, registraram nessa região informações sobre os Dâw.

Segundo os Hupd'äh, esse ser mítico teria percorrido o *Püd Dèh Mòh*, o “Lago de Leite”, carregando dentro de si entes que deram origem a humanidade. Estes viajaram juntos no seu corpo/canoa e fizeram um longo percurso de leste a oeste. Teriam saído, conforme algumas versões hup (e yuhup), do Rio de Janeiro, ou de Belém (Athias, 2006; Felipe, 2018; Ramos, 2013) até chegarem no médio Uaupés, especificamente no *Hib'ah Höd*, o “buraco do nascimento”, localizada na cachoeira de Ipanoré, que é também uma paisagem de referência sobre a origem mítica dos povos Tukano (Andrello, 2004).

Lá, os ancestrais dos indígenas ganharam forma humana e seguiram jornada até “desembarcarem” - no caso dos Hupd'äh - em vários subafluentes na bacia do rio Negro: o rio Tiquié, o Uaupés e o Papuri. Nesse se estabeleceram os *Hib'ah Tèh D'äh*, “Filhos do Nascimento”, que são os ancestrais dos diferentes clãs que posteriormente ocuparam as cabeceiras dos rios Tiquié, Uaupés e Papuri. Estes clãs são unidades exogâmicas cujo pertencimento é definido pela linha paterna. Os membros agnáticos compartilham adornos, cantos, danças, nomes, mitos, um território ancestral e, segundo relatos de alguns indígenas, até mesmo uma língua própria (Marques, 2015, p. 100-101).

Nesse esquema mítico, a ordem de nascimento define os clãs hup como *sät* ou *núh*, respectivamente “irmão maior” e “cabeça”, em oposição a *yawán* ou *púy'*, termos que equivalentes a “irmão menor”¹³. Essas categorias também refletem a senioridade entre os filhos de um mesmo pai, distinguindo os irmãos mais velhos dos caçulas¹⁴. Já nas versões míticas Tukano, o primogênito do sib ocuparia a posição de chefe, enquanto os outros assumiriam, respectivamente, as funções de xamãs, cantores, guerreiros e servos. Os membros de maior hierarquia ficariam idealmente na região da foz do rio, enquanto os últimos estariam nas cabeceiras, uma posição estrutural, do ponto de vista Tukano, semelhante à dos chamados Maku (Cabalar, 2000; Hugh-Jones, C., 1979; Hugh-Jones, S., 1979).

No entanto, ambos os povos narram que os não-indígenas teriam viajado na Cobra Canoa junto com os demais povos da região, mas decidiram tomar o sentido contrário deles e retornar para o local de onde saíram. Conforme aponta Renato Athias, os Hupd'äh identificam os não-indígenas como aqueles que “vêm do Leste” e “têm muitas coisas”,

¹³ Conforme Athias (2006, p. 17), os Hupd'äh empregam *núh* também para nomear também a foz de um igarapé.

¹⁴ Os mesmos termos são utilizados também no caso das mulheres, agregando *ǎy* na posição de sufixo (*sät ǎy* e *yawán ǎy*), diferentemente de *púy'*, que parece ser empregado somente como um vocativo masculino (Ramirez, 2006, p. 147).

sendo que uma delas, de forma especial, estaria inscrita no próprio nome que lhes atribuem: *tëg hõ'i' d'äh*. A tradução mais precisa desse termo, segundo o etnólogo, seria “o barulho da lenha do fogo”, uma expressão que remeteria ao “barulho da arma de fogo” (Athias, 2006, p. 14-15).

Apresentando outros detalhes em relação à tradução proposta por Athias, os não-indígenas, na língua hup, são denominados *tëg hõ'ih* (singular) ou *tëg hõ' d'äh* (plural). Uma análise semântica detalhada revela que essa expressão combina três termos específicos: *tëg*, que significa “lenha” ou “madeira”; *hõ'*, que significa “barulho”; e *ih*, que se traduz como “gente”, “homem” ou “sujeito” (Epps, 2008; Ramirez, 2006). Uma possível interpretação para o termo é “gente do barulho da lenha”. No idioma Tukano, a expressão equivalente é *pekâsâ* ou *pekâ-masa*, traduzida por Geraldo Andreello e Tatiana Ferreira como “gente da lenha de fogo tubular e oca” ou “gente da espingarda” (2014, p. 32).

As semelhanças entre os significados de ambos os termos — a arma de fogo — não são casuais, considerando que tanto a versão Hupd'äh quanto a Tukano derivam de uma narrativa mítica semelhante, que aborda os atributos ontológicos de indígenas e não indígenas. Segundo esse mito, no tempo de origem, cestos, flechas, adornos e riquezas foram repartidos entre esses grupos, cabendo aos não indígenas as mercadorias, como a espingarda e os instrumentos de metal, marcando desde então seu poder bélico e riqueza (Andreello, 2004, p. 355; Reid, 1979, p. 364-365).

Vimos anteriormente que a literatura regional pouco avançou na consideração dos Hupd'äh e demais povos Naduhupy na formação desse sistema, mantendo-os em uma posição marginal, à medida que se consolidavam os traços culturais dominantes do rio Negro (Marques, 2009; Marques e Ramos, 2019). Contudo, nessa seção, apontamos narrativas míticas compartilhadas entre os Hupd'äh e os Tukano, que expressam princípios de organização social e formas semelhantes de denominar os não indígenas.

Essas narrativas são essenciais para compreender como esses povos se inserem no sistema regional. Veremos esse aspecto na análise da trajetória de Américo Socot e de uma liderança tukano chamado Alfredo Fontes (Leirner, 2014), já que ambos ocupam, de diferentes maneiras, a posição de irmão menor, conforme veremos adiante. Por ora, cientes dessa distinção significativa dentro da organização social indígena, passo a analisar a circulação atual dos povos do rio Negro entre a floresta e os centros urbanos, pois essa lógica permite articular níveis regionais e locais, levando em conta o padrão de aliança, as trocas econômicas e a mobilidade territorial dos indígenas.

Arranjos multilocais

Refletindo sobre a cidade de São Gabriel da Cachoeira, Ludvine Eloy e Cristine Lasmar (2005, p. 237-245) discutem o crescimento demográfico e o processo de urbanização em São Gabriel da Cachoeira. Utilizando dados de uma pesquisa conduzida pela FOIRN e pelo Instituto Socioambiental (ISA), as autoras demonstram que, até o ano de 2004, a cidade contava com 14 mil habitantes. Deste total, segundo as autoras, cerca de 13,6% eram originários de outras regiões do Brasil, 42,6% haviam nascido na própria cidade, e 44% eram indígenas vindos de comunidades ribeirinhas na bacia do rio Negro e de outros centros urbanos, como Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Apesar de parecer um total populacional bastante modesto, notem que a maioria dos indígenas que habitavam a cidade, naquele período, eram oriundos de povoados e áreas urbanas de menor porte que São Gabriel da Cachoeira. Uma pergunta fundamental, diante desse panorama, diz respeito aos motivos para migração dos indígenas para esse espaço urbano, assim como a relação desse contingente com os demais indígenas e não indígenas ali nascidos.

Eloy e Lasmar exploram esses temas ilustrando algumas ações e políticas que promoveram a formação de núcleos urbanos no rio Negro. Começando então pelo século XVIII, período que marca o aumento do contato dos povos da região com as frentes de expansão coloniais, que incentivaram a escravização dos indígenas e despovoamento dos sítios e comunidades em favor da criação de aldeamentos missionários, além da criação de um forte militar no local onde seria erguida São Gabriel da Cachoeira, no ano de 1759.

Embora mencionem esses acontecimentos históricos, o foco de análise no artigo é o século XX e começo do XXI. Neste exercício, Eloy e Lasmar examinaram várias fontes desde a década de 1950 até 2002, para compilar uma série histórica que conecta o aumento populacional com o acelerado movimento de urbanização de São Gabriel da Cachoeira num intervalo aproximadamente de quatro décadas. Apresentamos acima aos dados sistematizados pelas autoras, acrescidos de informações mais recentes sobre a cidade, provenientes dos censos populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010 e 2022)¹⁵. Como notaram Eloy e Lasmar, a população de São

¹⁵ Os dados trazidos pelas autoras apresentam pequenas imprecisões, ultrapassando ligeiramente os 100%. Ainda assim, optei por mantê-los, pois, apesar das diferenças metodológicas na

Gabriel saltou rapidamente de 785 habitantes, no ano de 1970, para alcançar 6 mil pessoas entre 1974 e 1976. Apesar de um leve decréscimo entre as décadas de 1970 e 1980, a população continuou aumentando significativamente nas décadas seguintes, conforme apontam os dados compilados.

Quadro 1 - Dados populacionais de São Gabriel da Cachoeira (1954-2022)

Ano	População	Fonte
1954-1955	600	Galvão, 1979
1960	558	Santos, 1983 (<i>apud</i> IBGE)
1970	785	Santos, 1983 (<i>apud</i> IBGE)
1974-1976	6.000	Santos, 1983 (<i>apud</i> IBGE)
1980	3.897	IBGE, 2002 (Sidra)
1987	4.500	Cedi, 1987 <i>apud</i> Brandhuber, 1999
1991	6.835	IBGE, 2002 (Sidra)
1996	9.563	IBGE, 2002 (Sidra)
2000	12.373	IBGE, 2002 (Sidra)
2002	12.673	ISA, Foirn, 2003 b
2010	29.562	IBGE, 2010 (Sidra)
2022	51.795	IBGE, 2022 (Sidra)

Fonte: quadro adaptado a partir de Eloy e Lasmar (2005, p. 239).

Analisando esse cenário, as autoras exploraram alguns acontecimentos que contribuíram para o adensamento populacional em São Gabriel da Cachoeira e outros núcleos urbanos menores no rio Negro. No primeiro caso, destacaram a atuação dos salesianos na região a partir da década de 1920. Esses missionários promoveram programas de catequese e educação para crianças e jovens indígenas em internatos localizados nas sedes de missões religiosas. Após o fechamento desses estabelecimentos, na década de 1980, vários indígenas migraram para centros urbanos em busca de educação para seus filhos.

No segundo caso, mencionaram o Plano de Integração Nacional (PIN) desenvolvido durante a ditadura militar, na década de 1970. Neste período, ocorreu a abertura de estradas e outros empreendimentos públicos que atraíram bastante mão de

mensuração do crescimento urbano, eles refletem tendências demográficas relevantes — corroboradas, inclusive, pelo Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE.

obra de indígenas e não indígenas para as cidades, em busca de acesso à renda e serviços. Por fim, foi abordado a exploração do garimpo na Serra do Traíra na década de 1980, após a descoberta de ouro pelos povos Tukano. Esta atividade atraiu empresas e aventureiros de diferentes regiões do Brasil para a região, em busca de riquezas.

Mesmo com o declínio dessas atividades, os indígenas continuaram migrando de suas comunidades para cidade, principalmente em direção a bairros periféricos sem acesso a áreas de lazer, saneamento básico, pavimentação, entre outros serviços. Dentre os principais motivos para a descida dos rios em direção às cidades, conforme apontam as autoras, os mais citados são a busca por educação escolar e por uma renda.

Eloy e Lasmar indicam que cerca de um terço dos moradores indígenas em São Gabriel da Cachoeira possuía roçados em áreas pertencentes a outros donos. Esses cultivos localizavam-se seja no assentamento agrícola Teotônio, em terrenos privados temporariamente cedidos por meio de acordos que envolviam desde comerciantes até a Diocese de São Gabriel da Cachoeira, seja em sítios mais distantes, acessíveis apenas por embarcações, em locais onde as famílias residiam antes de se mudarem para a cidade.

Existiam ainda registros de famílias indígenas que trabalhavam diariamente em uma roça na cidade e de maneira intermitente noutra no perímetro rural. Além disso, observaram um padrão duplo de residência, pois vários indígenas habitavam tanto em sítios e comunidades periurbanas quanto na cidade. Refletindo sobre esse modelo de habitação e exploração econômica em diferentes ambientes, as autoras concluem:

Portanto, observa-se um *continuum* entre os espaços urbano e florestais, tanto nas formas de uso e apropriação de recursos naturais como na organização dos espaços de vida das famílias indígenas, os quais se caracterizam pela alta mobilidade dos indivíduos e pela multilocalidade dos domínios residencial e produtivo. Esse padrão de multilocalidade relaciona-se com o fato do deslocamento até o centro urbano ocorrer em geral de maneira progressiva. Num primeiro momento, apenas uma parte do núcleo doméstico se muda para a cidade ou para comunidades situadas na área periurbanas, até que haja condições propícias para a instalação adequada de todos. Além de visibilizar a vida escolar das crianças e dos adolescentes, o estabelecimento de uma moradia própria na cidade aumenta as chances de acesso a uma renda monetária. Na maioria dos casos, a renda obtida com a exploração dos recursos naturais disponíveis não é suficiente para cobrir o orçamento doméstico (Eloy e Lasmar, 2004, p. 240).

Nesta passagem, há uma análise sobre a instalação “gradativa” dos indígenas na

cidade, que começa com um grupo de parentes em busca de escola, moradia e recursos financeiros para suas famílias. Em vez de estarem fixadas em um perímetro específico, essas unidades domésticas vivem alternadamente ocupando espaços residenciais e produtivos tanto em áreas urbanas quanto na mata. Acredito que esses pontos sejam ainda pertinentes, considerando aspectos abordados recentemente no âmbito do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do rio Negro ¹⁶:

Dentre os principais motivos apontados para a saída das famílias que foram morar na cidade estão a busca por educação escolar e por novas oportunidades de renda, similar ao que se encontra para outras regiões do rio Negro [...]. Segundo as discussões sobre migração realizada nas oficinas do PGTA, um dos motivos da chegada das famílias de outras regiões costuma estar relacionada à maior facilidade de acesso à cidade e seus serviços, especialmente benefícios sociais (FOIRN, 2021 p. 254).

Observa-se acima um padrão de migração semelhante àquele identificado por Eloy e Lasmar, conforme discutido anteriormente. É importante destacar, contudo, que o artigo dessas autoras antecede a ampliação do acesso à aposentadoria, ao salário-maternidade e ao Bolsa Família pelos povos indígenas no rio Negro. Esse processo coincide com a intensificação da presença indígena na cidade, especialmente após 2010, como sugerem os dados do IBGE.

No entanto, os indicadores citados, longe de constituírem uma análise macrossociológica acabada, devem ser problematizados e compreendidos como apenas um entre diversos indícios de um processo mais amplo de urbanização em São Gabriel da Cachoeira. A leitura desses dados exige, portanto, a articulação com outras análises — situadas — que permitam perceber as dinâmicas locais e os sentidos atribuídos pelas próprias populações indígenas à sua presença na cidade.

Nesse sentido, autores como Carlo Ginzburg (2012, p. 193-215) e Giovanni Levi (2000; 2019, p. 397-411), no campo da microhistória, oferecem uma abordagem relevante para aprofundar essa questão. Destaca-se, nesse contexto, o diálogo com fontes históricas

¹⁶ O PGTA é uma ferramenta de gestão da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI) da Funai, que consiste no processo de consulta dos povos indígenas acerca de suas propostas para qualificação de políticas públicas nas áreas de educação, geração de renda, saúde, etc (ver decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012). Esta política é análoga aos *Planes de Vida*, uma agenda de governança territorial indígena organizada, anteriormente, pelo Estado colombiano (Cayón, 2014) que abrangeu populações denominadas pelos povos TUKANO, Arawak, além de outras classificadas como Maku. Este é o caso na região do Vaupés dos povos Nukak, Kakua e Hupd'äh. Por sua vez, na bacia do Apapóris, dos Yuhupdëh (Aczunip, 2008; Cárdenas *et al.*, 2012; FOIRN, 2021).

e com a antropologia. De modo geral, a microhistória concentra-se em estudos de caso densos sobre pessoas e comunidades particulares, mantendo, porém, um vínculo analítico com padrões organizacionais mais amplos. O prefixo "micro" não remete a isolamento ou fragmentação, mas à ideia do microscópio como instrumento investigativo — um paradigma centrado na atenção aos detalhes, capaz de revelar conexões e estruturas subjacentes.

Seguindo esse princípio, Ginzburg (1999, p. 138-175) argumenta que rastrear “pequenas pistas” ou “indícios” aparentemente marginais sobre sujeitos específicos não visa apenas reconstruir fragmentos históricos, mas ampliar o campo de investigação. Tal método permite formular novas perguntas e explorar formas alternativas de generalização, construídas a partir da análise aprofundada de situações particulares. É nesse ponto que se estabelece um diálogo com a abordagem que proponho.

A partir dessa perspectiva, vejamos agora à análise das trajetórias indígenas mencionadas anteriormente. Serão apresentados dados etnográficos e históricos como chaves para a compreensão de dinâmicas sociais, políticas e cosmológicas mais amplas — sem perder de vista os processos estruturais, como os padrões de aliança e mobilidade dos indígenas.

Os “últimos da fila”

Em um artigo sobre São Gabriel da Cachoeira, o antropólogo Piero Leirner (2014), questiona se essa localidade pode ser interpretada tanto como uma “cidade indígena” quanto como uma “aldeia indígena” (ou um misto de ambas). Esta pergunta considera a configuração aberta do sistema regional. Leva em conta também aspectos que revelam continuidades entre o modo de organização das comunidades indígenas e da população que migrou para bairros em São Gabriel da Cachoeira, tal como em outras áreas urbanas como Iauaretê (Lasmar, 2005; Andrello, 2006).

Com base em observações de campo, o autor argumenta que não há uma distinção nítida entre “centro” e “periferia” em São Gabriel da Cachoeira. Considerando, por um lado, que os indígenas beneficiários de políticas de previdência e proteção social circulam constantemente entre áreas da cidade, das matas e dos rios e, por outro, que muitas casas apresentam composição heterogênea, tornando-se difícil identificar seus “donos”. Sendo que esses imóveis são ocupados de forma sazonal, frequentemente por meio de “contratos de palavra” firmados com locatários urbanos.

Esse cenário se aproxima do padrão de habitação e mobilidade descrito por Eloy e Lasmar, ao analisarem a organização multilocal dos indígenas entre a cidade e a floresta. Por outro lado, Leirner (2014, p. 8) argumenta que esse fenômeno, em São Gabriel da Cachoeira, resulta tanto da interação com instituições quanto da própria organização social desses povos.

Para o autor, o porto — como lugar de embarque e desembarque fundamental na dinâmica da cidade — constitui uma figura privilegiada para se pensar esse processo, especialmente à luz do esquema mítico da Cobra Canoa. Essa narrativa foi apresentada por Leirner a partir da condensação de algumas versões Tukano que, como vimos, são semelhantes à dos Hupd'äh, exceto pelos diferentes papéis rituais atribuídos aos membros de um sib Tukano e pela ordem de “desembarque” dos povos do rio Negro.

Refletindo sobre essa estrutura hierárquica — na qual os primeiros descendentes de um sib e os povos que saíram da Cobra Canoa ocupam posições de maior prestígio, e os últimos, de menor status social —, Leirner discute uma situação específica. A mudança de um professor Tukano, chamado Alfredo Fontes, casado com uma mulher Tariana, de sua comunidade para São Gabriel da Cachoeira, ainda na década de 1960. Conforme demonstram os dados discutidos no trabalho de Eloy e Lasmar, nesse período a cidade tinha baixa densidade populacional.

Segundo Leirner, os parentes de Alfredo Fontes — desde o bisavô até os irmãos mais velhos — teriam seguido o padrão convencional Tukano ao se casarem com mulheres Piratapuia. Diferentemente de Alfredo, que se casou com uma mulher de origem Arawak — cujo povo, hoje em dia, é majoritariamente falante do idioma tukano —, fato que não o poupou de críticas por parte dos parentes, que, com o passar do tempo, se mostraram mais abertos a aceitar o casamento.

Ao discutir esse tema com o etnólogo, Alfredo teria apontado que os casamentos como dele, isto é, envolvendo povos pertencentes a famílias linguísticas distintas, seriam comuns. Tal acontecimento ocorreria, segundo alguns indígenas Tukano, principalmente entre os irmãos menores, que “até casam entre si” e são considerados os “últimos da fila” (Leirner, 2010, p. 10). Esse era o caso de Alfredo, um dos caçulas entre seus irmãos.

Analisando o status de Alfredo, Leirner buscou explorar a hipótese — baseada no trabalho de outros autores (Cabalzar, 2009; Århem, 2001) — de que os irmãos menores tenderiam a quebrar as regras de casamento diante da escassez de mulheres, situação que os levaria a buscar cônjuges fora do padrão matrimonial prescrito. Em suas palavras: “De fato, isso estaria de acordo com uma tese mais ampla de que as hierarquias inferiores

buscariam mais alternativas e estratégias nas relações de afinidade, enquanto as superiores tenderiam a preservar alianças de status” (Leirner, 2010, p. 10). Nesse sentido, o caso de Alfredo exemplificaria a ideia de que “a hierarquia é mais um fator de plasticidade do que de estabilização” (ibid., 2010, p. 7).

Se substituirmos o termo "plasticidade" por "fluidez", poderemos comparar esse exemplo com trabalhos etnográficos desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1980, que trataram da distinção entre índios do rio e índios do mato¹⁷. Como esse debate já foi abordado em detalhes em outros trabalhos (Marques, 2009; Marques e Ramos, 2019), apresentaremos aqui apenas as linhas gerais da discussão.

Como vimos, o conjunto dos chamados índios do mato, conhecidos antigamente na literatura regional como Maku, foi definido como composto por povos caçadores, igualitários e habitantes de áreas de cabeceiras na floresta. O segundo grupo, os índios do rio, englobaria povos de origem Arawak e Tukano, descritos como horticultores, hierárquicos e sedentários, que viveriam às margens dos rios. Ambos os grupos são patrilineares e obedecem ao mesmo modelo de aliança, mas divergem em relação ao padrão de exogamia e à residência pós-marital.

Os índios da mata se casariam com falantes da mesma língua (endogamia linguística) e viveriam com os cunhados em tapiris, num arranjo doméstico ambilocal, marcado por processos de fissão e dispersão. Essas práticas — do ponto de vista dos índios do rio — seriam consideradas impróprias e reforçariam o status inferior dos índios do mato, que ocupariam a posição de irmãos menores no esquema mítico da Cobra Canoa.

Contudo, os índios da mata afirmavam aos etnólogos adotar o mesmo padrão marital e de co-residência dos índios do rio. Esses, por sua vez, observaram que tal ideal não teria correspondência prática, como evidenciam os diversos registros de casamentos “desviantes” em relação ao modelo prescrito.

Refletindo sobre essa situação, Peter Silverwood-Cope (1990) concluiu, com base em dados demográficos, que os índios da mata não teriam como obedecer ao modelo prescrito, devido ao desequilíbrio entre o número de homens e mulheres. Mais tarde, essa desproporção seria também citada no trabalho de Howard Reid (1979) e explorada mais profundamente por Pozzobon (1983). Esse foi um dos dados empíricos com os quais os autores embasaram a caracterização dos índios da mata como “desviantes”, “fluidos” e

¹⁷ Em um artigo de Pedro Lolli (2016), no entanto, o etnólogo utiliza o termo “plasticidade” para destacar a variedade de povos que, historicamente, foram classificados na literatura regional como Maku, bem como os possíveis sentidos atribuídos a esse termo.

“ambíguos” em relação às regras sociais.

Note-se que esse debate é semelhante ao apontado por Leirner, ao discutir o padrão flexível de aliança registrado entre os irmãos menores Tukano — um dos desdobramentos da disparidade entre homens e mulheres aptos a se casar. Ainda que esse autor não tenha refletido diretamente sobre a posição dos Hupd’äh no sistema regional, ele apresentou argumentos que os aproximam, na literatura etnológica e linguística, dos povos Tukano, tal como o baixo status social e os casamentos vistos como impróprios.

Contudo, ao ilustrar o percurso de Alfredo Fontes, de sua comunidade para a cidade, Leirner mostra que, mesmo ocupando a posição de irmão menor, ele conseguiu estudar em escolas salesianas e se engajar no movimento indígena. Na cidade, participou ainda da elaboração de uma gramática da língua tukano, contribuiu com obras sobre narrativas míticas, tanto do povo Tariana quanto de seu sib Tukano.

Resumidamente, notamos, na trajetória desse indígena, tal como descrita por Leirner, que ele conseguiu se fixar na cidade e alcançar posições de prestígio. Ao observarmos esses elementos na trajetória de Alfredo Fontes — para além da discussão sobre o padrão de casamento apontada por Leirner —, acredito ser possível identificar aproximações e distanciamentos em relação aos Hupd’äh, especialmente a partir da trajetória de Américo Socot, que será discutida a seguir.

“Hupd’äh saiu primeiro da cobra”

Durante a presidência do general Ernesto Geisel, no regime militar, uma série de obras de infraestrutura e exploração mineral foi planejada em território amazônico. Nesse contexto, o governo, no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN), propôs a criação de projetos de assistência social, saúde e cooperativismo, coordenados por antropólogos, para atender populações indígenas impactadas pelos empreendimentos. Entre os povos atendidos estavam os Gavião, Krahô, Nambikwara (Mamaindê), Tikuna, Yanomami, Hupd’äh, entre outros.

Esses projetos, implementados durante a ditadura militar, funcionaram entre 1974 e 1976 — período em que os Hupd’äh foram contemplados pelo Plano Alto Rio Negro — supervisionado então por Peter Silverwood-Cope, que se estabeleceu em um posto

localizado no bairro de Santa Maria, em Iauaretê (Marques, 2015, p. 111)¹⁸. A equipe contou ainda, por um breve período, com um jovem yanomami então conhecido como David Xiriana, que mais tarde viria a ser reconhecido como o xamã Davi Kopenawa¹⁹.

No ano de 1976, uma comitiva do governo federal chegou a viajar de Brasília para realizar uma visita à comunidade Hupd'äh de Nova Fundação, no rio Tiquié (Marques, 2015, p. 117) — local onde viveu um irmão mais velho de Américo e que fica na mesma região onde ele nasceu, em 1973 (Ramos, 2010, p. 462). Portanto, Américo ainda era criança quando antropólogos, missionários e agentes do governo passaram a circular com mais intensidade pela região.

Conversando com essa liderança hupd'äh sobre suas primeiras viagens pelo rio Negro, ele costumava lembrar de um senhor Tukano chamado Severiano Sampaio, que o teria levado, quando ele tinha apenas quinze anos, para o garimpo de Serra do Traíra, na região do Tiquié, citado no trabalho de Eloy e Lasmar. Consultando fontes missionárias (Hohenscher, 1994), ele é provavelmente um antigo catequista que atuou em Nova Fundação.

Figura 1 - Escola Cristo Libertador, Nova Fundação (1976)



Fonte: Juan Pablo Rocio *apud* Athias (2012, p. 213).

¹⁸ No trabalho de Danilo Ramos (2013) e Bruno Marques (2015) identificamos registros de anciãos Hupd'äh que conheceram Peter Silverwood-Cope e outros antropólogos que atuaram na região, na década de 1970, contrários a atuação dos missionários salesianos junto aos Hupd'äh.

¹⁹ Na obra “A Queda do Céu” há uma breve menção sobre a passagem de Davi Kopenawa na Funai em Iauaretê (Kopenawa e Albert, 2015, p. 686).

Em um trabalho do antropólogo Renato Athias (2012), encontramos um raro registro da escola Cristo Libertador, fundada pelo missionário espanhol Juan Pablo Rocio. Na fotografia (figura 1), tirada no ano de 1976, encontramos os alunos hupd'äh enfileirados e na extremidade direita (em pé), Severiano Sampaio. Discutindo com o antropólogo Renato Athias (comunicação pessoal, 2024), que conheceu Severiano Sampaio ainda na década de 1970, ele confirmou que esse indígena trabalhou por um período no garimpo na Serra do Traíra, na década de 1980. Ao mesmo tempo, ele afirmou que os Hupd'äh trabalhavam no garimpo carregando cestos de farinha para os Tukano, que tinham os sobrenomes de batismo Machado e Sampaio. É provável que Américo Socot tenha desenvolvido essa atividade; no entanto, ele sempre se recordava do fato de ter remado para Severiano Sampaio durante a viagem para a Serra do Traíra.

Em algumas ocasiões em São Gabriel da Cachoeira, ouvi Américo lembrar de quando fora capitão durante onze anos em Taracúá Igarapé²⁰. Ao recordar esse período, por vezes ele reclamava: “Meu clã, minha etnia, atrapalhando, soprando”, referindo-se assim aos parentes que roubavam sua roça e lançavam feitiços sobre sua esposa, nascida em outra comunidade, *Pij Dēh*, Santa Cruz do Cabari, localizada no médio Uaupés, perto de Iauaretê.

Essas situações eram lembradas quando ele falava sobre sua mudança definitiva com a família para a cidade, tal como o desejo de oferecer educação para seus filhos, em uma escola com melhor infraestrutura do que a local. Em outros momentos, Américo relatava sua ida para a cidade de forma diferente, mencionando uma antropóloga que havia comentado com ele sobre o programa Bolsa Família e um indígena Tukano, parente de Severiano Sampaio, que o convidou para viver na cidade.

Na época, esse indígena trabalhava na Funai, na área responsável por garantir o acesso à documentação e aos direitos sociais. Em 2013, ele participou do primeiro mutirão organizado pela Funai e outras instituições em Iauaretê, que permitiu aos Hupd'äh o acesso à certidão de nascimento, CPF, RG e ao programa Bolsa Família. Antes de trabalhar na Funai, no entanto, esse homem Tukano atuou no garimpo na Serra do Traíra.

Quando conheci Américo Socot, ele já vivia em São Gabriel da Cachoeira. Após deixar sua comunidade de origem, localizada no curso médio do rio Tiquié, Américo

²⁰ Na década de 1970, uma série de cargos foi introduzida na vida dos Hupd'äh pelos padres salesianos durante o processo de evangelização dos indígenas, como o cargo de capitão (também chamado de líder), vice-capitão, catequista e animador, visando o cuidado comunitário e das atividades eclesiais (Andrello, 2006; Lasmar, 2005).

residiu em diversas localidades às margens do rio Negro, próximas à cidade de São Gabriel. No sítio Diamantina, viveu por um período em uma casa de madeira com teto de zinco, cujo dono morava na cidade.

Lá dentro havia redes de dormir, uma cama de casal, fogão, gerador de energia, televisão e um rádio que era sintonizado antes do amanhecer, no qual escutava notícias sobre o Bolsa Família e músicas. Em cima de uma mesa, havia DVDs de filmes, livros escolares dos filhos, um presépio com a imagem de Nossa Senhora e uma bíblia. Já na roça, ele cultivava uma variedade de plantações, cuidadas por ele, sua esposa e seus filhos. Após ser retirado desse local pelo dono, Américo conseguiu se estabelecer com a família no Cabari, comunidade evangélica onde sua filha se casou com um indígena Baniwa.

Durante vários anos, portanto, ele morou em áreas periurbanas, próximas às margens do rio Negro, cedidas por donos Tukano e Arawak. Na cidade, Américo Socot ocupou, por um período, o cargo de conselheiro distrital de saúde indígena, representando os Hupd'äh. Mais tarde, participou de uma série de atividades como colaborador da Funai, então coordenada majoritariamente por povos de origem Arawak e Tukano. Em um primeiro momento, a posição dessa liderança Hupd'äh diante das instituições e dos moradores locais poderia parecer marcada apenas pela subordinação.

Ao observar essa situação por outra perspectiva, é importante destacar um aspecto relevante. Conforme Athias (2006, p. 14), os Hupd'äh costumam denominar os Tukano como *wóh* (no singular) ou *wòh d'äh* (no plural), expressões cujo significado o autor afirma não poder definir. Também utilizam o termo *sokw'äh d'äh*, que faz referência a um tipo de ave tucano. Vale notar que o sobrenome Socot deriva desse termo e que Américo pertencia a um clã hup com status importante, os *Sokw'äh Noh K'öd Tèh D'äh* — “Filhos do Bico do Tucano”. Dentro desse clã específico, a linhagem de Américo Socot ocupa a posição de irmão menor. Por outro lado, assim como Alfredo Fontes, ele próprio era mais novo do que outros irmãos.

Independentemente da ordem de senioridade de Américo e de seu clã — cujo nome, *Sokw'äh Noh K'öd Tèh D'äh* (“Filhos do Bico do Tucano”), sugere uma relação estreita com os Tukano —, Américo Socot apresentava uma versão própria para explicar sua condição de irmão maior e se diferenciar desse povo. Durante a gestão de Domingos Barreto na Funai, Américo contava para ele, enquanto atuava como colaborador eventual: “antigamente era tudo cobra, não tinha branco, não tinha benefício”, afirmava, referindo-se ao mito da Cobra Canoa. Esse tempo primordial, segundo ele, foi superado da seguinte forma: “Hupd'äh saiu primeiro da cobra, depois o branco e, por último, o Tukano”.

Em outros trabalhos (Lolli, 2022; Marques e Ramos, 2019; Reid, 1979), também identificamos versões míticas da Cobra-Canoa nas quais os Hupd'äh e Yuhupdëh afirmam sua condição de irmãos maiores em relação aos Tukano. Por meio dessa narrativa, no entanto, Américo comparava o tempo da criação do mundo — marcado pela indistinção original da humanidade — ao período que antecedeu os programas sociais e o acesso dos indígenas ao dinheiro, considerados signos da civilização. Nessa perspectiva, posicionava tanto os “brancos” quanto os Tukano como irmãos menores dos Hupd'äh. Tal situação revela tanto possibilidades significativas de inversão hierárquica, quanto desafios para compreender a inserção dos Hupd'äh no sistema regional, em comparação com os demais povos da região.

Considerações finais

Essa situação leva à reflexão sobre uma série de questões, como o crescimento urbano, os deslocamentos sazonais dos indígenas para a cidade, bem como o acesso à documentação, aos benefícios e à rede de proteção social. Do meu ponto de vista, esse cenário perde profundidade se visto isoladamente. Por isso, nesse artigo abordei alguns aspectos da trajetória de Américo Socot e do Tukano Alfredo Fontes. Através da análise de documentos e registros etnográficos e históricos busquei evidenciar dinâmicas sociais e culturais que muitas vezes passariam despercebidas em abordagens que desconsideram os contextos distintivos em que essas trajetórias se inscrevem.

É preciso destacar que a análise comparativa proposta não busca equiparar experiências distintas, mas sim colocá-las em relação. O que aproxima Alfredo e Américo não é apenas sua condição de migrantes ou sua posição enquanto irmãos menores, mas a maneira como suas vidas revelam os limites e as possibilidades do sistema regional do rio Negro. Ambos expressam, cada um a seu modo, a complexidade de ser indígena em contextos marcados por assimetrias históricas, mas também por transformações recentes que vêm transformando padrões de mobilidade, parentesco e acesso a recursos.

Referências bibliográficas

ACHATZ, Rafaela Waddington. **Cuidando e tomando cuidado. Avizinhando-se de situações de “suicídio” em comunidades hupd'äh.** 2022. 268 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2022. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-20032023-173122/publico/achatz_corrigida.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

ALLARD, Olivier; WALKER, Harry. Paper, Power, and Procedure: Reflections on Amazonian Appropriations of Bureaucracy and Documents. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 27, n. 1, p. 9–26, 2022. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12237>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ANDRELLO, Geraldo L. **Cidade do Índio: transformações e cotidiano em um centro urbano indígena no noroeste amazônico**. 2006. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006b. Disponível em: https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20/AndrelloGeraldoL_.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

ANDRELLO, Geraldo L. **Cidade de Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê**. São Paulo: Editora Unesp; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: NuTI, 2006a. Obra tem mesmo autor e mesmo ano.

ANDRELLO, Geraldo; GUERREIRO, Antonio; HUGH-JONES, Stephen. Space-time transformation in the Upper Xingu and the Upper Rio Negro. Rio de Janeiro, **Sociologias & Antropologias**, v. 05.03, p. 699-724, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/4zfsmt7vPSmRZTKfFy8rdw/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ASOCIACIÓN DE CAPITANES DE LA ZONA UNIÓN INDÍGENA DE PAPURI (ACAZUNUIP). **Plan Integral de Vida Indígena Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri**. ACAZUNIP: Mitú, 2008.

ATHIAS, Renato. **Hupd'äh/Tukano** – Les Relations Inégales entre deux Sociétés du Uaupés Amazonien (Brésil). Recife: Livro Rápido, 2008.

ATHIAS, Renato. Os Hupd'äh. In: **A língua dos Hupd'äh do alto Rio Negro**: dicionário e guia de conversação. Associação Saúde Sem Limites, São Paulo, 2006, p. 9-28. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:ramirez-2006-hupda>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BARBARÁ, Michel Paes. **O tempo dos benefícios: a experiência urbana dos Yuhupdêh em São Gabriel da Cachoeira (AM)**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Link não encontrado. Acesso em: 5 fev. 2025.

BARRETO, João Paulo Lima. **Waimahsã: peixes e humanos**. Manaus: EDUA, 2018. (Coleção Reflexividades Indígenas).

CABALZAR, Aloizio. Descendência e aliança no espaço Tuyuka. A noção de nexos regional no noroeste amazônico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n. 43, p. 61-88, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/dykv73xJbPTtB3dHYVb8mKt/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CABALZAR, Aloizio. **Filhos da Cobra de Pedra**. Organização social e trajetórias Tuyuka no rio Tiquié (noroeste amazônico). São Paulo: Editora Unesp, Instituto Socioambiental (ISA); Rio de Janeiro: NuTI, 2009.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (DANE). **Población indígena de Colombia. Resultado del censo nacional de Población y vivienda 2018**. 16 set. 2019. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/grupos-etnicos/presentacion-grupos-etnicos-2019.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

EPPS, Patience. **A grammar of hup**. Berlin: New York. Mouton grammar library 43, 2008.

EPPS, Patience; BOLAÑOS, Katherine. Reconsidering the Makú Language Family of Northwest Amazon. **International Journal of American Linguistics**, 83 (3), p. 467-507, 2017.

EPPS, Patience; STENZEL, Kristine (org.). **Upper Rio Negro: cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI; Museu Nacional, 2013. 579 p.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN). **Plano de gestão territorial e ambiental**: Terra Indígena Alto Rio Negro. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2019.

FOIRN - FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. **Plano de gestão indígena do alto e médio rio Negro: PTA WASU**. SCOLFARO, Aline; DIAS, Carla (Org.). 1.ed. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2021. Disponível em: https://pgtas.foirn.org.br/wp-content/uploads/2021/09/PGTA_TI_Alto_RN.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

FUNDACIÓN ERIGAIE. **Nükak Baka'. Vivir/Formar gente verdadeira. “El manejo del mundo y la naturaleza, y la tradición oral del Pueblo Nükak**. CÁRDENAS, Carolina Barbero; OROZCO, Felipe Cabrera; RUBUO, Dany Mahecha (org.); Bogotá, Fundación Erigaie: 2012.

GINZBURG, Carlo. **Threads and Traces: True, False, Fictive**. Berkeley: University of California Press, 2012.

GOLDMAN, Irving. **Los Cubeo**. Indios del Noroeste del Amazonas. Instituto Indigenista Interamericano, Mexico: Ediciones Especiales: 49, 1968.

HOHENSCHERER, Norberto. **História da Civilização Maku de Pari-Cachoeira**. Manaus: Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, 1994.

IUBEL, Aline Fonseca. 2015. **Transformações políticas e indígenas: movimento e prefeitura no alto rio Negro**. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Link não encontrado. Acesso em: 6 fev. 2025.

JABOUR, Clarisse. Uma política a medio caminho. Reflexiones sobre la política para pueblos indígenas de contacto reciente em Brasil. **Anthropologica (online)**, vol 39, n. 47, 2021, pp. 413-445, 2021.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor [1909]. **Dois anos entre os indígenas**. Viagens no noroeste do Brasil (1903/1905). Manaus. EDUA/FSDB, 2005.

HUGH-JONES, Christine. **From the Milk River**: Spatial and Temporal Processes in Northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press. Cambridge Studies, in Social and Cultural Anthropology. 2011 [1979].

HUGH-JONES, Stephen. **The Palm and the Pleiades**: Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press. 1979.

HUGH-JONES, Stephen. The gun and the bow. Myths of White men and the Indians. **L'Homme** 106-107, avril-sept, XXVIII, p. 138-155, 1988.

HUGH-JONES, Stephen. Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia. In: HUMPHREY, Caroline; HUGH-JONES, Stephen (org.). **Barter, exchange and value**: an anthropological approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 42-74.

HUGH-JONES, Stephen. Shamans, prophets, priests and pastors. In: THOMAS, N.; HUMPHREY, C. (orgs.). **Shamanism, history, and the state**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996. p. 32-75.

LIMA, Ana Paula; MARQUES, Bruno RAMOS, Danilo; FELIPE, Henrique Júnio; LOLLI, Pedro A.; MOREIRA, Rafael. Violações de direitos de povos indígenas de recente contato: o caso dos Hupd'äh e dos Yuhupdëh da região do Alto Rio Negro. Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). **Aracê**, v. 3, n. 4, p. 212-225, 2016. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/529>. Acesso em: 4 fev. 2025.

LOLLI, Pedro. A Plasticidade Maku. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 177–198, 2016. DOI: 10.5007/2175-8034.2016v18n2p177. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n2p177>. Acesso em: 31 jan. 2025.

LOLLI, Pedro. Os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos: inversões e contestações entre os Yuhupdëh no Noroeste Amazônico. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 26, v. 33, n. 2, p. 133-163, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2022.253480>. Acesso em: 4 fev. 2025.

LOPES, Nian Pissolati. **Nomes da transformação. Os Nadëb e os outros no Alto Uneuixi**. 2023. 685 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2023.

MARQUES, Bruno Ribeiro. **Figuras do movimento: os Hupd'äh na literatura etnológica do Alto Rio Negro**. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://api.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/api/core/bitstreams/75db99a9-2596-4f6b-bf31-f93cb746effa/content>. Acesso em: 6 fev. 2025. Acesso em: 6 fev. 2025.

MARQUES, Bruno Ribeiro. **Os Hupd'äh e seus mundos possíveis: transformações espaço-temporais do Alto Rio Negro**. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2015. Link não encontrado. Acesso em: 6 fev. 2025.

MARQUES, Bruno Ribeiro. O que pode um mapa? Agência nos traços e caminhos dos desenhos do povo Hupd'äh. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 19, n. 1, e20230032, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0032>. Acesso em: 30 jan. 2025. Link não encontrado. Acesso em: 6 fev. 2025.

MARQUES, Bruno; RAMOS, Danilo. Dissoluções necessárias. A perspectiva dos Hupd'äh nas relações do “sistema regional do Alto Rio Negro”. Porto Alegre, **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 104-131, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e610/7daeb30a6133643d046581751142d313f745.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

MEIRA, Márcio. **A persistência do aviamento**. Colonialismo e história no Noroeste Amazônico. São Carlos: EduFScar, 2018.

MILLER, Joana. Carteira de alteridade: transformações Mamaindê (Nambiquara). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 553-584, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p553>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MONTEIRO, Lirian Ribeiro. **Territorialidade e mobilidade**. Estudo etnográfico de um grupo local hupd'äh do médio rio Tiquié, Amazonas. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Link não encontrado. Acesso em: 6 fev. 2025.

SILVA, Rafael Moreira Serra da. **Signos de pobreza: uma etnografia dos Hupd'äh e dos benefícios sociais no Alto Rio Negro**. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186205>. Acesso em: 4 fev. 2025.

PEIRANO, Mariza G. S. Artimanhas do acaso. **Anuário Antropológico/89**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. p. 9-21.

NIMUENDAJU, Curt.; ATHIAS, Renato (Org.) **Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés: apontamentos linguísticos e fotografias de Curt Nimuendajú**. ATHIAS, Renato (Org.) Publicação avulsa do Museu do Índio, 7. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Recife: Editora UFPE, 2015. ISBN 978-85-415-0598). Disponível em:

<http://etnolinguistica.wikidot.com/biblio:nimuendaju-2015-reconhecimento> Acesso em 4 fev. 2025.

OBERT, Karolin. **The linguistic encode of space**. 2019. 321 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-23102019-173847/publico/2019_KarolinObert_VCorr.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

OBERT, Karolin; SANTOS, João Vitor Fontanelli. **Dâw**. Instituto Socio Ambiental, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:D%C3%A2w> acesso em 26 abr. 2023.

POZZOBON, Jorge Hias. **Isolamento e Endogamia**. Observações sobre a organização social dos índios Maku. 1983. 387 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 1983. Não disponível em meio eletrônico.

POZZOBON, Jorge Hias. **Parente et demographie chez les indiens Maku**. 1991. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Université de Paris VII, Paris, 1991. Não disponível em meio eletrônico.

RAMIREZ, H. **A língua dos Hupd'äh do alto Rio Negro**. Guia de Conversação. São Paulo: Associação Saúde Sem Limites, 2006.

RAMOS, Danilo. **Círculos de coca e fumaça**. Encontros noturnos e caminhos vividos pelos Hupd'äh. 2013. 469 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102014-160908/pt-br.php>. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102014-160908/publico/2013_DaniloPaivaRamos_VOrig.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

REID, Howard. **Some aspects of movement, growth and change among the Hupdu Maku indians of Brazil**. 1979. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Cambridge, Cambridge, 1979. Não disponível em meio eletrônico.

SILVA, Alcionílio Bruzzi Alves da. **A civilização indígena do Uaupés**. 2. ed. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.

TERRIBLINI, Mario e TERRIBILINI, Michel. Equête chez des Indiens Maku du Vaupes, Août, 1960. **Bulletin de la Société Suisse des Americanistes**, 21, 1961a. pp. 2-10.

TERRIBLINI, Mario. **Les Makús aux confins de l'Amazonie**. Vevey-Suisse: Fondation Les Eglantines, 2000.

MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Estudos etnográficos sobre o programa Bolsa Família entre povos indígenas. Relatório Final**. VERDUM, Ricardo.

Brasília: MDS, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/outras-publicacoes/estudos-etnograficos-relatorio-final/estudos-etnograficos-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

